

Educação No Campo: Recortes no Tempo e no Espaço

ALVES, Gilberto Luiz (Org.). *Educação no Campo: recortes no tempo e no espaço. 1ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009, v.1, 306p.*

Talita Simonato Santolin*

O livro em questão, organizado por Gilberto Luiz Alves, pretende estimular o debate sobre a educação rural, visando problematizar experiências pedagógicas em desenvolvimento, incluindo as iniciativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Anseia, também, descrever propostas educacionais de educação rural do passado, por meio de um recorte diacrônico, discutindo aspectos da educação rural no século XIX, no século XX e nos tempos de hoje. Estes recortes, porém, estão localizados no espaço, uma vez que buscam questionar as bases teóricas, históricas e pedagógicas, das propostas e experiências focalizadas. A obra reúne nove trabalhos, divididos em dois conjuntos. O primeiro conjunto trata da educação rural nos tempos contemporâneo. Na intersecção dos dois conjuntos, inclui-se o capítulo de autoria de Gilberto Luiz Alves, organizador do volume. Logo, o segundo conjunto, enfoca o debate sobre propostas de educação para o campo ou experiências pedagógicas ali alargadas entre a segunda metade do século XIX e a década de 1980.

O primeiro capítulo da obra é de autoria de Luiz Bezerra Neto e aborda a educação rural no contexto das lutas do MST. O autor começa seu artigo fazendo uma exposição a fim de demonstrar a carência escolar no campo e para isto baseia-se em dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), no mês de outubro de 2003. O autor discute, ainda, a contribuição que o MST vem dando para o debate em torno da educa-

ção no meio rural. Para ele, “o MST é, sem dúvida, o mais importante movimento de luta, no último quarto do século XX e início do século XXI no Brasil e tem trazido para a discussão tanto o problema agrário quanto o problema educacional” (p. 4). Esse Movimento tem assumido a organização da luta pelo acesso e qualidade da educação pública, lutando ao mesmo tempo pela democratização de sua gestão. Esse trabalho educativo, realizado pelo MST, tem sido desenvolvido com êxito. O setor de educação do Movimento alcança um grande número de analfabetos, que certamente não teriam chance de ingressar em uma escola no campo se não fosse à participação nas “fileiras do MST” (p. 9). Finalizando o artigo, o autor conclui que a presença desse Movimento foi essencial “para o despertar” (p. 20) e o incremento do ensino no campo, além de ter possibilitado melhorias na qualidade da escola e no nível de escolaridade daqueles que são marginalizados pela sociedade em termo de acesso à educação.

No segundo capítulo, as autoras Élcia Esnarriaga de Arruda e Silvia Helena Andrade de Brito, tratam da análise de uma proposta de escola específica para o campo. O presente trabalho objetiva analisar os argumentos que “sustentam” e advogam a tese de uma escola diferente para campo e, conseqüentemente, da necessidade de uma educação específica para esse meio. Para esse fim, realizaram uma pesquisa documental envolvendo diversas fontes. As autoras discutem a forma como o campo se apresenta na sociedade capitalista e revelam o caminho teórico e metodológico percorrido pelas propostas educacionais, que tem como base o entendimento sobre os imperativos exclusivos do meio rural. Arruda e Brito concluem o artigo, lembrando que, somente a partir do entendimento dos papéis que a escola tem exercido na contemporaneidade, bem como das “funções adscritas” (p. 58) em amparo da especificidade, é que se pode ajustar a educação tradicional a fim de atender as expectativas da classe trabalhadora.

Ana Lúcia Eduardo Farah Valente finaliza o primeiro conjunto de trabalhos, apresentando o terceiro capítulo da obra: “A extensão rural e o ‘mundo do faz de conta’”. Neste artigo, a autora pretende destacar aspectos fundamentais para a discussão da educação e Extensão Rural, respaldando-se na análise de Alves (2006), como também no aporte teórico marxista. Busca ainda, estabelecer um diálogo e

*Licenciada em Química e Mestranda em Educação na Universidade Federal de São João del-Rei/MG.
E-mail: tssantolin@yahoo.com.br

sugerir respostas teóricas e práticas aos questionamentos que vêm sendo feito por pesquisadores/militantes da temática. Através de seus estudos, a autora apresenta a necessidade da melhor organização do ensino rural, contando com professores bem preparados, calendário escolar adequado aos períodos de plantio e de colheita, além de um currículo amplo, que contemple as necessidades e diversidades regionais. Valente finda seu artigo apontando que as mudanças devem acontecer não somente no espaço das comunidades rurais, mas também no âmbito das entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), assim como no sistema de formação dos futuros profissionais responsáveis pela Extensão Rural.

Na intersecção dos dois conjuntos, apresenta-se o capítulo, que analisa experiências e propostas de educação no campo, tanto do passado quanto do presente, intitulado “Discursos sobre educação no campo: ou de como a teoria pode colocar um pouco de luz num campo muito obscuro” de Gilberto Luiz Alves. Este artigo proveio de uma pesquisa sobre educação escolar realizada no campo, tendo como foco a singularidade de Mato Grosso do Sul. Estudou-se, nesta pesquisa, o impacto das alterações tecnológicas na consciência dos pecuaristas do município de Corumbá-MS. Averiguou-se, também, a proposta de educação realizada pelo MST nos acampamentos e assentamentos espalhados na planície pantaneira e no planalto sul-mato-grossense, como ainda, analisou-se a política estatal de educação para o campo formulada na administração do Partido dos Trabalhadores (PT) no referido estado. O autor começa seus apontamentos discutindo a educação do pequeno proprietário de terra, na segunda metade do século XIX, recorte temporal o qual ele intitula de *Primeiro Tempo*. Já no recorte designado *Segundo Tempo*, correspondente a segunda metade do século XX, Alves apresenta a educação do grande proprietário de terra. O autor finaliza seus apontamentos discutindo as experiências atuais, de educação no campo, realizadas principalmente pelo MST e aponta que os resultados desta discussão podem ajudar a esclarecer algumas concepções e práticas da educação realizada no espaço rural.

Integrando o segundo conjunto de trabalhos desta obra, apresenta-se o artigo “Escolas étnicas rurais de origem

germânica no estado de São Paulo” de autoria de Maria Cristina dos Santos Bezerra. A autora apresenta a pluralidade das propostas educacionais de origem germânica no Estado de São Paulo, na segunda metade do século XIX e início do século XX. Outra finalidade deste texto é mostrar que, nessa organização educacional, havia tipos diferentes de escolas, que variava de acordo com a classe social, a que ela serviria e a religião predominante entre os alunos. Bezerra debruça-se especialmente sobre as escolas rurais, que nesse período, eram financiadas pela associação comunitária ou pela iniciativa privada. Nas comunidades rurais germânicas, as escolas não se ocupavam apenas da educação formal, mas também, tinha como intuito a conservação do idioma e dos costumes alemães. Essas escolas, geralmente, eram ligadas a uma congregação religiosa, tanto católica quanto luterana. No entanto, no segundo quartel do século XX, o ensino nas escolas germânicas, que era transmitido unicamente em língua alemã, passa a ser transmitido, também, de acordo com o currículo brasileiro, devido às pressões de leis estaduais e nacionais que assim o determinavam. Através do estudo, feito pela autora, pode-se constatar que o sistema educacional germânico, desenvolvido no Brasil, representava um grande avanço, por ser instituído de forma estruturada, em um período histórico em que a educação brasileira ainda não estava organizada.

Carla Villamaina Centeno apresenta o sexto texto do livro e estuda a educação no campo numa região de fronteira. O objetivo da autora, neste artigo é discutir as formas de educação do trabalhador ervateiro, entre os anos de 1870 a 1930, na fronteira de Mato Grosso com o Paraguai. A autora toma o *trabalho* como categoria central na sua análise, ou seja, adota o *trabalho* como princípio educativo. Em se tratando da época mencionada constata-se que os trabalhadores ervateiros se educavam no trabalho, já que a população não tinha qualquer possibilidade objetiva de goza dos serviços escolares. Os trabalhadores dos ervais, por dominarem o processo técnico de produção da erva-mate, tornaram-se extremamente importantes como mão-de-obra especializada do mate na região. Os jovens começavam cedo tal aprendizado. O futuro trabalhador passava por um período de aprendizagem em serviço, em contato direto com os trabalhadores adultos, onde apren-

diam os procedimentos que deviam seguir. Aprender, para esse jovem, era “incorporar as práticas que o capital impunha ao trabalhador adulto como exigência para a reprodução de sua precária existência” (p. 223).

“O pensamento educacional de Sud Mennucci” constitui o sétimo capítulo dessa obra. Isabel Cristina Rossi Matos, autora do artigo, tem por finalidade retomar o pensamento educacional do professor Sud Mennucci, por meio do estudo das obras do mesmo. Os escritos deste autor discutem os problemas educacionais e outras dificuldades que a nação brasileira atravessou durante a primeira metade do século XX. Através de seus estudos, a autora pode intuir que a educação no meio rural e a formação de professores para esse meio, são preocupações que perpassam toda obra educativa de Mennucci. Percebe-se, igualmente, que outra preocupação do professor Sud era oferecer a população rural conhecimento de novas técnicas e práticas para o desenvolvimento da agricultura, a fim de promover o aumento e melhoria da produção. Entende-se, que Mennucci acreditava no poder reformador da sociedade pela educação, no entanto, como se pode avaliar pela história da educação de nosso país, o plano de organização do ensino rural não vingou. Sabe-se que o campo ficou sem estrutura escolar própria e sem incentivos à permanência do homem nesse meio, ocasionando ao país dificuldades para as quais vários movimentos chamam a atenção, ainda nos dias de hoje.

No oitavo capítulo, Luiz Bezerra Neto e Maria Cristina dos Santos Bezerra apresentam contribuições através do trabalho “Carneiro Leão e a luta por uma pedagogia ruralista”. Este artigo trata da importância de Carneiro Leão para a educação brasileira e da pedagogia voltada para a educação rural e o homem do campo. Segundo consta, Carneiro Leão sempre esteve preocupado com a educação de seu povo, era defensor da educação popular e denunciava a escola elitista. Preocupava-se, ainda, com o índice de analfabetismo brasileiro, já que para ele “superar essa condição era necessário para o desenvolvimento do país” (p. 257). Além disso, ele defendia uma política nacionalista que deveria ser desenvolvida a partir do meio rural. Apesar da defesa pela educação campestre, Carneiro Leão, em suas críticas, atacava a forma de orga-

nização da escola rural, pois ele tinha consciência das falhas do ensino público nesse meio. Os autores finalizam o artigo ressaltando que as ideias defendidas por Leão ainda são reconhecidas e recomendadas por muitos pedagogos na sociedade brasileira atual.

Finalizando a obra, José Carlos Abrão, trás uma contribuição importante para aqueles que se interessam pelas tendências nos discursos pedagógicos sobre educação rural. O autor retoma os estudos que realizou durante seu mestrado, principalmente aquele referente às tendências ruralista, urbanizadora, reformista e realista dos discursos pedagógicos sobre o rural, no período compreendido entre 1930 e 1980. O autor ressalta que essas quatro modalidades têm em comum o foco na reorganização da escola e na qualificação do professor. Além disso, ele expõe suas releituras, “tendo como referencial as fundamentações teóricas da análise institucional e as representações simbólicas” (p. 280), sem modificar o conteúdo de sua dissertação.

De modo a finalizar essa resenha, deve-se destacar o intuito dos autores de que essa obra atinja a todos os educadores envolvidos com a educação no campo, como também aqueles profissionais

“preocupados com a inteireza do processo de formação do homem, que buscam a integração de todas as suas dimensões sem fazer concessões aos particularismos das tendências que atomizam a realidade humana e, por consequência, o próprio homem” (ALVES, 2009, p. XIII).

Por fim, recomenda-se a utilização dos textos como possibilidade de entendimento das propostas educacionais de educação rural do passado, como também promover o debate sobre a educação na atualidade, para além das experiências educativas do MST.

Recebido em 17/08/2011

Aprovado em 11/10/2011